



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº02/2015

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma hora reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a quatro de Fevereiro de dois mil e quinze, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

-Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

-Ponto três – Alteração da Delimitação da ARU da Moita do Norte, nos termos do nº6, do artº. 13º. da Lei nº32/2012 de 4 de Agosto; -----

-Ponto quatro – Apreciação dos Relatórios de Monotorização das ARU'S (áreas de reabilitação urbana) de Vila Nova da Barquinha e Tancos; -----

-Ponto cinco – Pedido de autorização para a adesão do Município à ANIMAFORUM – Associação para o Desenvolvimento Agroindústria; ----

-Ponto seis – Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Contas, referentes ao exercício de 2014 e do Investimento de Bens, direitos e obrigações patrimoniais, nos termos do artº.27º, nº2 da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro. -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

Rui Monteiro Picciochi; -----

João Manuel Alves Gralha; -----

Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

José Maria Chambel Esteves; -----

José Pereira de Sousa; -----

César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----

Inocêncio Rodrigues Cruz; -----

Manuel Maria Pequito Cardoso; -----

Vitorino Gomes Monteiro; -----

João Fernando Mexia Machado; -----

Manuel Maria Ferreira Honório; -----

José Miguel Baptista Homem; -----

Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----

Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; -----

José António Proença Salvado; -----

Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----

João Filipe Ricardo; -----

Paula Alexandra Vieira Duarte; -----

Manuel de Oliveira. -----

-----Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramallete Honório e Luís Manuel dos Santos Valente. A Senhora

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Verador Rosa Garrett não esteve presente por se encontrar em representação da Câmara Municipal na Gala Antena Livre, Jornal de Abrantes, na entrega dos prémios referente à educação/empreendedorismo/Viveiro de Empresas em ambiente escolar.

Seguidamente foi instalado o Senhor Deputado Municipal José António Proença Salvado, substituindo a Senhora Deputada Municipal Anabela Pereira Queiroz, que solicitou a sua substituição por motivos profissionais a esta sessão da Assembleia Municipal e por ser o sucedâneo na lista do PSD. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

Neste momento o Senhor Presidente solicitou um minuto de silêncio em memória do Senhor Ex- Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha, ex-deputado municipal, o Senhor Capitão Manuel Coelho, que tantos trabalhos teve em relação ao seu semelhante, na Misericórdia do concelho de Vila Nova da Barquinha. -----

---- APROVAÇÃO DA ACTA -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu à apreciação a ata número um, da reunião realizada a vinte de Fevereiro de dois mil e quinze, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

Foi apresentada alteração pelo Senhor Presidente da Assembleia, nomeadamente na alteração do nome do Senhor Deputado José Pereira de Sousa, nas votações, pelo nome do Senhor Deputado Manuel da Costa. Não havendo mais intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida à votação o projeto de ata número um de dois mil e quinze, a qual foi aprovada por maioria, com 2 abstenções dos Senhores Deputados Municipais António José Salvado do PSD e José Pereira de Sousa do PS e dezoito votos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e João Gralha, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, José Chambel, Vitorino Monteiro, César Barros, Manuel Cardoso, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e Rui Picciochi do PS. -----

----- **EXPEDIENTE** -----(Vide anexo 1)-----

Apresentação de Declarações Políticas e Moções. -----

= Foi apresentada uma declaração Política pelo Senhor **Deputado Municipal Nuno Gomes** sobre o tema “25 de Abril e 1º de Maio” – **(vide anexo 2)** -----

= Intervenção Política apresentada pelo Senhor **Deputado Municipal César Cardigos** sobre tema “25 de Abril” – **(vide anexo 3)** -----

= Intervenção Política apresentada pelo Senhor **Deputado Vitorino Monteiro** sobre o tema “o 1º de Maio quarenta e um ano depois do 25 de Abril” – **(vide anexo 4)** -----

= Foi apresentada uma declaração Política pela Senhora **Deputada Municipal Paula Duarte** sobre o tema “25 de Abril e o 1º de Maio” – **(vide anexo 5)** -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

Após as inscrições para o período antes da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal: -----

sobre o tema “Delegação de Competências.” – **(vide anexo 4)** -----

Posta à votação a sua admissibilidade esta foi aprovada por unanimidade. -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** apresentou uma **Moção** cujo tema é “Reforço de Meios no Hospital de Abrantes, Tomar e Torres Novas”. – **(vide anexo 6)** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Posta à votação a sua admissibilidade foi aprovada por unanimidade. Para intervir sobre a Moção inscreveram-se os seguintes deputados: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes – “não sei se percebi bem, mas estão a propor a abertura de todas as valências nos três hospitais? Isso é utópico. Eu também gostava de ter um hospital aqui à porta. Tirando isso não tenho nada a opôr a Moção.” -----

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia – “Em relação a esta Moção é evidente que ninguém vai estar contra. Mas a verdade é que é mais uma Moção utópica. Isto, porque o problema de fundo não está resolvido, nem vai ser resolvido proximadamente, porque o problema que aqui está em causa é o disparate que foi feito na construção de três hospitais para uma população de duzentos e oitenta mil pessoas. Por mais tentativas que se façam, nenhum hospital vai funcionar a cem por cento, é impossível. Não há país nenhum no mundo que tenha três hospitais com as valências todas para este nível de população. Esta moção é idêntica ao que foi apresentada na Assembleia da CIMT, um dos deputados que lá estava é enfermeira e disse algo que nos deixou a todos a olhar uns para os outros. É que os concursos abertos ficaram completamente desertos. As pessoas esquecem-se que um bom médico leva bons anos a prepara-se e não houve planeamento. Os três hospitais da nossa área, da nossa região são um disparate, sempre fui contra e sempre apologista de um único hospital num ponto geográfico que servisse as duzentas e oitenta mil pessoas. Nós podemos apresentar propostas, moções, mas ninguém consegue, pois é inevitável esta situação. Esta é a realidade e temos que nos adaptar, não vale a pena estar a discutir. Eu vou votar a favor, é mais uma para juntar às outras.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes – “Dou os parabéns

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao Senhor Presidente da Assembleia, porque pôs realmente o dedo na ferida. Isto é o que é obvio pensar e não há mais nada a obstar. Estarmos aqui com medidas utópicas não adianta. Esta minha intervenção é só para justificar que a bancada do PSD vai abster-se, não porque não concordemos com a Moção, mas apenas porque achamos que é utópica e portanto Moções utópicas não valem a pena serem apresentadas.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – “Pode ser neste momento utópica, mas se não sonharmos, não vamos lá. É só aparecer uma parceria privada, uns Lusíadas e montar um hospital desses.” -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte** – “Eu posso concordar com o disparate dos três edifícios numa proximidade que é absurda, mas o disparate está feito. Agora pegando na questão do Senhor Inocêncio, vamos permitir a instalação à semelhança do que aconteceu em Santarém, de um hospital privado que já foi novamente privatizado, que foi recentemente adquirido por um grande grupo hospitalar. Vamos permitir que se instale aqui em grande escala a saúde privada? Aquilo que cremos que seria imperativo é que existissem nas três unidades, medicina interna; porque há neste momento camas que poderiam ser ocupadas com pessoas que estão em casa e que poderiam ter acesso a cuidados de saúde; a cirurgia geral e a pediatria nas três unidades. As valências distribuídas pelos três não seria assim tão utópicas, porque esse modelo já funcionou e não funcionou só para servir as pessoas mais próximas, como os dos concelhos vizinhos, até pessoas de zonas do norte do Alentejo, até Portalegre não têm mais nada, sem ser Abrantes. Penso que desta forma não seria assim tão utópico pensar.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia** – “Quando falo na utopia não estou a defender os hospitais particulares porque é um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

direito constitucional, a saúde. É uma obrigação do estado tratar a saúde, como da educação entre outros. O problema é que não há planeamento nacional equilibrado para resolver os problemas nacionais que temos para resolver, os problemas da nossa sociedade, esse é que é o problema. Não houve a planificação do envelhecimento da população, porque há uma parte importante de utentes idosos nos hospitais. Tudo isto, é um modelo interligado e não encontramos quem pague e planifique um processo para melhorar esta situação. Nós estamos a ser geridos por pessoas que não tem preparação qualificada para aquilo que têm de fazer. Este é o grave problema que temos, hoje mas seja de que partido for.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Essa geração sem preparação, não é bem assim. Estamos a acabar de reconhecer que há uma série de erros em termos de edifícios, o Hospital de Tomar foi feito porque havia um lobby muito forte na altura do PSD, mas isso não invalida o essencial. Na realidade o que se sente é que vou à minha terra e interrogo-me: eu venho para aqui qualquer dia? Então eu tenho diabetes, qualquer dia estou a ver mal e será que tenho camioneta todos os dias, por exemplo, para ir a Ourém ao mercado? Estão a fechar tudo! Fecham Juntas, há gentes lá, que não vão ao médico. Eu tenho um vizinho lá na terra, que paga um balúrdio pelos medicamentos e às vezes nem os compra. Não há dinheiro! As coisas estão efetivamente más, há pessoas que não têm condições e vocês se observarem, as pessoas não estão a ser tratadas, não por culpa dos profissionais de saúde, que se esforçam e já não reivindicam, infelizmente, porque as coisas estão tão complicadas, mas fazem horas e horas acrescidas, e com isso perde-se a qualidade dos serviços prestados aos utentes. Assim as coisas agravam-se.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado José Chambel** – “É só para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comentar a intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte. A Senhora Deputada tem toda a razão. Eu sou de uma zona do Gavião e o hospital que serve aquela zona, é o de Portalegre. Eu tenho um familiar que recentemente teve de ser hospitalizada e como não havia valências em Portalegre, teve de ir para Évora.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Senhores Deputados foi posta à votação a Moção do qual foi aceite por maioria com 3 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, José Salvado e Nuno Gomes do PPD/PSD e 16 votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo, Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS, João Gralha, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, Paulo Constantino, César Cardigos, Manuel Cardoso, José Pereira de Sousa, José Chambel, Benjamim Reis, Manuel Honório, João Machado, José Miguel Homem e Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

= **Intervenção do Senhor João Filipe Ricardo.** -----

= **Intermarché** - “Qual o ponto de situação do Hiprmercado Intermarché. -----

= **Edifício Paços do Concelho** - No outro dia vi uma notícia no Jornal o Mirante e gostava de ser esclarecido. Prende-se com o fato de o Presidente da Câmara da Barquinha ter escondido trabalhos a mais do Tribunal de Contas, da obra Edifício Paços do Concelho.” -----

= **Intervenção do Senhor Eduardo de Oliveira.** -----

= **Moções** - “Gostei de ouvir as Moções, apesar de estar de acordo mais com umas do que com outras. Gostei das duas que foram lidas pelo PS e CDU, principalmente pela que foi lida pelo Deputado César Cardigos, só com uma reticência, só serve para precisar as coisas. A primeira mulher que votou em Portugal foi em mil novecentos e onze, mais tarde, o Governo de então necessitou de alterar a Lei, para não permitir que as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mulheres votassem. Recomeçaram a votar em mil novecentos e trinta e um, com algumas reticências, só as que tinham estudos é que poderiam votar. Em mil novecentos e setenta e seis de acordo com a constituição foi dada igualdade de tratamento a ambos os sexos. -----

= **Castelo de Almourol** - Em relação ao Castelo de Almourol constou-me que à algum tempo houve um conflito entre algumas pessoas, precisamente com o barqueiro, essa situação foi do conhecimento da Câmara. Como ficou resolvida? -----

= **Cancelas no parque** - Há anos gastamos uns milhares de euros na compra de umas cancelas para o parque. As cancelas foram algumas vezes fechadas? Há fiscalização sobre as mesmas? Isto leva aquela questão que gastamos dinheiro e andamos sempre a lamentar que não há e por vezes gastamos em algo que não tem a mínima justificação, como é o caso. -----

= **Rotunda da Ponte da Pedra** – o mesmo acontece com esta rotunda, eu pensava que era um exagero quando nós temos edifícios públicos em degradação, que não podemos recuperar por falta de dinheiro e vamos gastar sessenta mil euros numa Rotunda, parece que isto não é correto.

= **Ponte da Praia do Ribatejo** – Houve alguma evolução na questão da manutenção / conservação da Ponte da Praia do Ribatejo / Santa Margarida e se as Estradas de Portugal aceitaram a proposta. -----

= **Ex Base Aérea nº3** – Questiono se houve alguma evolução neste assunto que discutimos quase a um ano e nada mais temos ouvido sobre o assunto. -----

= **Programa 2020** – Julgo que há um programa, Pensar 2020 que permite a reabilitação das redes baixas de água. Gostava de saber se a Câmara Municipal tendo em atenção os problemas que temos muitas vezes na rede baixa, se pensam fazer alguma candidatura a este programa.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Nuno Gomes.** -----

= **Rotunda da Ponte da Pedra** - Na sequência do que disse o meu colega de bancada eu falei na Rotunda da Ponte da Pedra em Assembleias anteriores e vejo que já lá está qualquer coisa, estão lá montes de terra, presumo que seja para dar início a alguma obra. Depois houve alguém que falou em sessenta mil euros, eu acho que ficava bem ali uma rotunda bonita, mas acho que sessenta mil euros é um desperdício. Consegue fazer-se uma obra mais barata. Gostava que o Senhor Presidente me confirmasse se as verbas são desse valor ou não? -----

= **Castelo de Almourol** - Em relação ao Castelo de Almourol e às entradas no mesmo gostava de saber se a Câmara está a cumprir as imposições legais para cobrar entradas no Castelo, não sei se os preços estão afixados. Na sequência do desentendimento com o barqueiro, ele está identificado ou não. -----

= **Avenças** - Gostaria de saber qual o ponto de situação sobre um procedimento concursal de umas avenças, que foi falado em Assembleias anteriores.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de esclarecer os Senhores Deputados. -----

= **Intermarché** - A obra está em bom ritmo e a previsão de abertura é Agosto de dois mil e quinze. -----

= **Paços do Concelho** - Foi uma questão também abordada na última assembleia. Há um relatório da inspeção que está em contraditório e por dever de reserva não me devo pronunciar até o relatório final. -----

= **Castelo de Almourol** - Há um protocolo celebrado com o Ministério da Defesa com data de dois mil e nove que transmite a administração do bem para o Município de Vila Nova da Barquinha. Tem uma cláusula com a possibilidade de cobrar uma taxa pelo acesso à ilha tendo o valor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de referência praticado para os edifícios ou monumentos nacionais. Significa que neste momento estamos a cobrar dois euros e vinte cêntimos, estamos muito abaixo do valor para monumentos nacionais. Respondi a várias situações que me chegaram via mail, há uma deliberação da Câmara datada de Março de dois mil e quinze, que está publicada no site do Município. Posso informar que neste momento o funcionário está identificado e que existe livro de reclamações, junto do próprio funcionário. -----

= **Cancelas do parque** – Como podem reparar o Município tem menos seis funcionários e não podemos contratar ninguém. -----

= **Rotunda da Ponte da Pedra** – Foram colocadas terras para começarem as obras. Os sessenta mil euros não vão ser gastos porque temos que arranjar uma solução alternativa, muito mais em sintonia com os tempos em que vivemos e cabe ao Presidente da Câmara ter parcimónia no gasto dos dinheiros públicos. -----

= **Ponte da Praia do Ribatejo** – Não há mais nenhum desenvolvimento, de fato. Foi uma daquelas pontes que foi escolhida para os projetos de infraestruturas de elevado valor acrescentado. Neste momento, estamos em processo eleitoral e ninguém vai tratar desta obra. -----

= **Ex Base Aérea nº3** – O Senhor Deputado tem de perguntar ao Ministro da Defesa, eu não tenho contato com ele. Da última vez que estive com o Senhor General Chefe de Estado Maior do Exército, foi no dia da Brigada da Reação Rápida, e não me adiantou nada. -----

= **Pensar 2020** – Terei muito gosto em dar a conhecer os trabalhos que estamos a fazer no âmbito do investimento territorial integrado, áreas de saneamento básico e rede baixa de águas. Irão haver candidaturas, mas neste momento estamos ainda a pensar a nível da CIMT, quais são os projetos comuns, um deles é a questão da eletricidade, nomeadamente a questão da eficiência energética. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Avenças** – Estão identificadas as três avenças de Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, são eles o Dr. Montalvo, o Técnico das piscinas e o Eng^o José Augusto. Estamos neste momento com estas três avenças, dentro do que é possível. Temos um único jurista para tanto trabalho e para tanta burocracia, temos os compromissos, temos os cabimentos prévios, temos de mandar dados, etc. O relatório que hoje vos apresento é o reflexo disso e os recursos humanos e materiais são cada vez menos. Temos funcionários a trabalhar em documentos, todos os dias são-nos solicitados mais dados com prazos completamente imperativos e não há tempo para mais.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou os Senhores Deputados que o ponto número cinco da ordem de Trabalhos foi retirado para melhor apreciação da situação. -----

-----*////*-----
Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do n.º2, do art.º 25º, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro. -----(vide anexo 7) ---

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira.** -----

= **Atendimento ao Público** – “Em relação ao atendimento ao público agora é possível ler apesar de ter uma dúvida. Na informação anterior em relação ao mês de Fevereiro indicava cento e cinco cidadãos atendidos e o tempo médio quinze minutos. Agora, em Abril indica cinquenta e sete atendimentos com tempo médio de vinte e cinco minutos. Há aqui qualquer coisa que não bate certo, mas isto é um pormenor. -----

= **Rotunda da Ponte da Pedra** – Gostei da informação, da qual retirei os sessenta mil euros para a Rotunda já não vão ser utilizados, pois o projeto não foi aprovado. -----

= **Eficiência energética** – “Desta eficiência energética que foi falado à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pouco, foi feito um levantamento e identificação dos edifícios, os edifícios são todos públicos? -----

= **Processo Judicial 18** – este processo diz que em dezassete de Julho de dois mil e catorze foi enviado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha uma proposta de acordo apresentada pela mandatária da autora. Gostaria de saber qual foi a decisão da Câmara, pois já passou quase um ano sobre esta proposta de acordo.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** -----

= **Suicultura** - “Senhor Presidente gostaria que me explicasse melhor a questão da suicultura, qual o ponto de situação.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes.** -----

= **Listagem CCDR Centro** – “Em relação à reunião realizada com as IPSS do concelho foi feita uma listagem e enviada para CCDR, gostaria de saber o que consta nessa listagem e qual o mapeamento das estruturas que foram feitas.” -----

Os Senhores Deputados tiveram os seguintes esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara: -----

= **Atendimento ao Público** – “Vinte e cinco minutos tem a ver com a complexidade de cada processo, tem a ver com a questão da mobilidade dos funcionários, ou seja, no atendimento na área do urbanismo nunca são os mesmos funcionários, uns são mais expeditos que outros, mais céleres e outros que provavelmente não são tão rápidos. Todavia, desde que sejam eficientes é o que nos basta. -----

= **Rotunda da Ponte da Pedra** – “Há vários projetos, e por ser em muito honorosos recusamos o de sessenta mil euros. Há várias soluções e estamos a estudar, dentro do princípio da economia, a melhor solução.

= **Eficiência energética** – “Os edifícios estão todos identificados através Agência Médio Tejo 21, Associação da qual o Município faz parte. Os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

técnicos têm feito um levantamento exaustivo de todos os edifícios. Também aqui, e falando em mapeamento, vamos hierarquizar aqueles que têm mais necessidades. A Agência Médio Tejo 21 em parceria com os nossos técnicos identificaram os referidos edifícios. O primeiro edifício a ser mapeado foi o das piscinas municipais onde em termos de eficiência energética podemos ter alguma redução na despesa. -----

= **Processo Judicial 18** – É referente à Global Serviços e Engenharia Total da obra do Centro Escolar. São trabalhos que o Município admite que não foram executados, no que consta à higiene e segurança no trabalho. Estamos numa situação litigiosa e não aceitamos a proposta, ou seja, estamos numa situação em que nos propõem um determinado pressuposto, nós assumimos que os trabalhos não foram realizados, temos provas e cabe ao Presidente da Câmara defender a posição da Autarquia. -----

= **Suicultura** – Houve uma audiência prévia dos interessados, e sei pelo mandatário e pelo Engenheiro responsável, que foram limpas as lagoas da respetiva suicultura. O relatório não dizia que a licença ambiental tinha caducado. A administração Central comunicou um “nim” e eu colquei a questão em concreto: «caducou ou não caducou a licença ambiental?». Em resposta da Autoridade Portuguesa do Ambiente, informou que caducou, sem prejuízo de ouvir a Direção Regional de Agricultura e Pescas. Neste momento já fizemos a respetiva interpelação para saber a posição desta. Quem tem competência para passar a licença ambiental é a Autoridade Portuguesa do Ambiente. ----

= **Listagem IPSS** – Como sabe, no âmbito do novo quadro comunitário, chamado acordo de parceria, existe um processo de co-governança ou governação conjunta. Este é um processo novo para todos, é um processo complexo. Digo-lhe com muita tristeza que eu vi o governo a não nomear o representante de IPSS para estar presente na referida

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reunião. Nessa reunião esteve presente o Presidente deste Município, os presidentes da IPSS do concelho, o diretor Distrital por instruções do Governo, não participou na reunião. Na sequência de várias intervenções que fizeram, porque temos de fazer o mapeamento e de fazer hierarquia dos projetos. Não havia outra solução. É legítimo, todos elegam como melhor o seu próprio projeto, querem que seja o primeiro no mapeamento. Tive de recorrer a um processo eleitoral por voto secreto. Existiam seis projetos. Na sequência da eleição a ordem dos projetos foi a seguinte: primeiro – Associação Paralisia Cerebral, segundo – Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha, terceiro – o Centro de Dia e Lar das Madeiras, quarto – a Fundação Dr. Francisco da Cruz, quinto – Infantário do Centro Social e Paroquial da Atalaia e sexto – o CAT da Praia do Ribatejo.” -----

Ponto três – Alteração da delimitação da ARU da Moita do Norte, nos termos nº. 6 do artº. 13º. da Lei nº. 32/2012 de 4 de Agosto. ---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expôr o assunto em epígrafe. -----

“O que trazemos a debate é um projeto de delimitação da respetiva área de recuperação urbana. Como sabem em termos de fundos comunitários Portugal 2014/2020, todos os edificios para terem co-financiamento comunitário tem de estar dentro de uma ARU. Importa precaver situações de futuro, até porque estas questões têm de ser publicadas, homologadas, o que nos obriga a esta cautela de tratamento prévio destes assuntos. O que aconteceu, é que após termos feito a delimitação a qual foi aprovado em Assembleia Municipal, a Cerâmica Moinho de Vento foi colocada em hasta pública e foi adquirida por um privado que quer fazer investimento no imóvel. Para além disso, entenderam os serviços de urbanismo englobar a área dos anexos onde está o Centro de Paralisia Cerebral, onde em tempos funcionou a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

catequese da Moita do Norte, e também umas casas a poente que se encontram degradadas. O que propomos então, é o alargamento da delimitação no âmbito da Reabilitação da Moita do Norte na expectativa que os privados consigam intervir no sentido de preservarem o seu património.” -----

O Senhores Deputados intervirem para expôr o seguinte: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. -----

“Isto vem retificar algo em relação à área de reabilitação baseada fundamentalmente no problema da cerâmica adquirida por um particular, isto certamente vai permitir benefícios fiscais a esse particular. De qualquer maneira não posso deixar de referir que já lá vão alguns anos que propus à Câmara a reabilitação da chaminé da cerâmica. Eu espero que pelo menos a chaminé seja mantida, porque é um ponto de referência que marca uma época.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. -----

“Por acaso o Senhor Presidente não me pode indicar qual é o tipo de projeto para a cerâmica? A questão é que são projetos de reabilitação e nós pensamos sempre que são projetos bons e que irão dar um novo rosto às zonas por ela abrangidas. No caso da Moita do Norte, a zona mais antiga é o parente pobre porque até mesmo a zona de expansão da Moita do Norte já vai tendo outro aspeto. O Cardal é um sítio do qual já tem alguma qualidade de vida, mas é necessário, uma intervenção na zona mais antiga no centro da Moita do Norte porque é uma zona de algum abandono, de alguma insegurança e que merece ser revitalizada.”-----

Teve como resposta do Senhor Presidente da Câmara o seguinte: -

“Em relação à reabilitação do edifício cerâmica e preservação da chaminé, na primeira reunião que tive com o empresário tive o cuidado de alertar para esse fato, ele mesmo está sensível a isso e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comprometeu-se a preservar a chaminé. Recordo que estamos num projeto de intenções e ainda não entrou nenhum projeto na Câmara. A questão da Moita do Norte tem a ver com privados, é muito complicado numa altura destas coagir os privados onde há falta de fundos para recuperar os edifícios. A nossa preocupação é transmitir informação sobre regeneração urbana, dar-lhes incentivos fiscais, dar-lhes informação. Se quiserem podem recorrer a fundos comunitários ou à própria banca.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à Alteração da delimitação da ARU da Moita do Norte, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e José Salvado do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS, Paula Duarte e João Filipe Ricardo da CDU e João Gralha, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto quatro – Apreciação dos relatórios de Monotorização das ARU’S (áreas de reabilitação urbana) de Vila Nova da Barquinha e Tancos. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expôr o assunto em epígrafe. -----

“A lei obriga nos termos da Lei trinta e dois de dois mil e doze que os relatórios de monotorização sejam alterados, como aconteceu na delimitação do ponto anterior e que venham a esta Assembleia. Dizer também que estamos a pensar fazer mais ARU’S, ou seja, a Lei permite-nos que façamos as ARU’S que pretendermos, que sejam necessárias.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Há essa preocupação, com a colaboração de todos, com sugestões de todos proceder a áreas de reabilitação urbana. Estamos neste momento a trabalhar na Praia do Ribatejo, na Atalaia, ou seja, há a preocupação de não prejudicar grandes núcleos habitacionais e urbanos de medidas de fundos comunitários que possam eventualmente aparecer.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes. -----

“Estivemos a analisar estes relatórios e quanto ao relatório de Vila Nova da Barquinha não há nada a apontar, está tudo correto, mas constatamos que o relatório da ARU de Tancos é exatamente igual ao relatório que veio em dois mil e treze, nem as imagens do que foi feito alteraram para dois mil e catorze. É obvio que não podemos estar de acordo com isto. Houve uma cópia que falhou em muita coisa, por essa razão não vamos votar a favor, vamos-nos abster.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra informou que este ponto não tem votação, é só uma informação. -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. -----

“O problema já foi bem colocado aqui, pelo deputado Nuno, portanto a nossa apreciação não é positiva porque este documento não está correcto e a própria mesa deveria ter retirado este assunto da discussão. Devia ter analisado e verificado que isto não está correto porque estamos a enviar um documento de dois mil e catorze quando na realidade é de dois mil e treze. Deve ficar registado em ata que a bancada do PSD dá uma apreciação negativa dado como o caso foi apresentado.” -----

Tiveram como resposta do Senhor Presidente da Câmara o seguinte: -----

“Dizer que isto é um relatório de monitorização significa que o que existe em dois mil e treze, existe em dois mil e catorze e provavelmente vai existir em dois mil e quinze e dois mil e dezasseis. O que aqui estão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

são apreciações que a Lei nos obriga que façamos e no fundo é um ato formal que a Câmara dá conhecimento a esta Assembleia.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Eduardo Oliveira que expôs o seguinte: -----

“Senhor Presidente vai-me desculpar, mas então porque é que juntou no relatório referente a Vila Nova da Barquinha os trabalhos feitos em dois mil e treze. Se temos que repetir então juntávamos os trabalhos de dois mil e treze também neste relatório.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou o Senhor Deputado que o Senhor Presidente da Câmara informando que não houve trabalhos, daí a informação ser a mesma. -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Então é isso que deveria dizer o relatório. Mas pronto como não há votação está o assunto ultrapassado.” -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu o seguinte: -----

“Na ARU de Vila Nova da Barquinha houve intervenções e na ARU de Tancos não houve intervenções.” -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

-----///-----

-- ATENDIMENTO AO PÚBLICO -----

Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Não havendo intervenções prosseguiu-se com um breve intervalo. -----

-----///-----

= Carta Privilégio do Concelho de Vila Nova da Barquinha. -----

“Este é um assunto que vem correntemente a esta Assembleia. Fui várias vezes questionado e hoje recebi as respostas. Em relação às

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cartas Privilégio do concelho que foi elaborada pelo IPT, estas questões têm de ser partilhadas por todos, está um excelente restauro. Gostaria que todos apreciassem o documento e os consultassem. Surgiu-me uma ideia que é fazer umas réplicas desta Carta Privilegio e fazer as respetivas afixações, serem públicos mas através de réplicas.” -----

Ponto seis – Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2014 e do Investimentos de bens, direitos e obrigações patrimoniais, nos termos do nº. 2 do artº. 27 da Lei nº. 75/2013, de 13 de Setembro. Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o ponto o Senhor Presidente da Assembleia referiu o seguinte: -----

“Antes de pôr à discussão o ponto seis da Ordem de Trabalhos eu queria fazer um voto de louvor ao funcionário que fez este trabalho, independentemente se concordamos ou não com atividade de Câmara, pois só quem não sabe o trabalho que este documento representa, as horas de trabalho que se deram para a sua realização. Não posso deixar de apresentar um voto de louvor à funcionária que o fez e nos proporcionou toda a informação da Câmara que está em poder poder dos Senhores Deputados.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto: “Reiterar o que disse o Senhor Presidente da Assembleia. Também faço um público louvor à técnica superior Susana Amaro que fez um excelente trabalho. Em tempos difíceis, cabimentos, compromissos, restrições em termos de pessoal o cumprimento de todos os pressupostos do documento foram cumpridos. Saliento que houve uma redução da dívida como está no respetivo relatório.” -----

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia – “Quero informar que o relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC) não foi distribuído atempadamente porque como sempre veio à última da hora,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas têm-no já em vossa posse.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** - “Em termos técnicos os documentos estão ilegíveis, algumas páginas nas fotocópias não ficaram legíveis. Em relação ao relatório, este foi o orçamento mais baixo dos últimos anos, todos nos lembramos certamente que quando foi a apresentação dos documentos previsionais, o Senhor Presidente nos afirmou aqui que este era um documento que procurava o rigor e prudência nomeadamente na projeção da receita e na despesa. A minha primeira pergunta vai ao encontro disto. É ou não possível a contenção da despesa corrente? Pela leitura todos verificamos que foram cumpridos dois terços do que estava orçamentado e não foi cumprido mais, porquê? Porque as receitas falharam na venda de bens de investimento. Quando foi a aprovação dos documentos previsionais disse logo que isto não ia acontecer, a bancada do PSD disse logo que era impossível cumprir, portanto o rigor quebra-se logo. Na análise dos documentos verificamos que as despesas de pessoal são muito elevadas. Se compararmos as despesas de pessoal com os valores das receitas correntes, as mesmas atingem quase cinquenta por cento e se compararmos com as despesas correntes efetuadas atinge até os cinquenta e três por cento. Estas despesas de pessoal nunca foram tão elevadas, é a análise que fazemos, e no corrente ano? É a dúvida que deixo. Elas não vão aumentar mais tendo em atenção as alterações que houve em questões de remuneração de pessoal? A aquisição de bens e serviços absorve quarenta por cento de todas as despesas. Em termos de receitas eu não posso deixar de salientar o aumento dos impostos diretos, aumentaram quinze por cento. Verificamos também que as transferências correntes do FEF, Fundo Social Municipal (FSM) e do IRS, essas transferências cumpriram o que estava previsto, tal como as transferências de capital



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do FEF. A falta de rigor, está naquilo que já vos disse anteriormente na nossa opinião. Este documento está muito bem elaborado, não tenho dúvidas nenhuma e comungo da opinião do Senhor Presidente da Assembleia e do Senhor Presidente da Câmara em relação à vossa colaboradora Susana Amaro, do qual tenho o prazer de conhecer há longos anos e saber da capacidade dela. É claro se tivesse outras indicações poderia ter-nos dado ainda outras informações que julgo que são pertinentes. Um dos problemas graves no concelho e começa-se a notar é a segurança. Podíamos ter aqui alguma referência sobre os trabalhos ou não trabalhos do conselho Municipal de Segurança ou de outros conselhos que foram nomeados. Também poderíamos ter aqui, e é um trabalho que pode ser feito ao longo do tempo, uma análise, ou avaliação dos protocolos estabelecidos. Saber quais foram cumpridos, os que não foram e qual a razão dessa situação. Permitti-me ler as vinte e seis atas das reuniões de câmara do ano dois mil e catorze e há mais de uma dezena de protocolos estabelecidos, quais os resultados dos mesmos? Julgo que era importante analisarmos um trabalho de um ano e pudéssemos ter também esses resultados. Gostava também de ter lido no relatório algo sobre o plano estratégico municipal que de vez em quando é abordado em termos tão genéricos, mas também devo dizer que nas atas que li, durante as vinte e seis reuniões de Câmara de dois mil e catorze esse plano nunca foi analisado. Estão mencionadas frases que gostei de ler, nomeadamente o parágrafo que fala da necessidade de equilibrar as finanças municipais que julgo que é fundamental e deve haver cuidados com isso, pois não acredito que sem esse equilíbrio o concelho possa avançar como deve ser e sem problema. Saúdo uma das melhores frases que está no relatório que é o empenhamento da câmara para contribuir para a diminuição do desemprego no concelho. Gostaria que me esclarecesse qual o motivo da evolução no concelho? Todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sabem a minha opinião sobre o Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha, acho que é sorvedor, não tem a mínima justificação e este relatório vem confirmar isso mesmo. Nas contas do Centro de Negócios verifiquei que o relatório é semelhante aos anos anteriores, tem agora uma novidade que fala da Barquinha 2020 e as ligações com o GADEL, de resto mais nada. Lendo as contas e reparando com o ano anterior os rendimentos são inferiores em cerca de quarenta por cento ao ano anterior, isto é, em dois mil e treze, sessenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e um euros, em dois mil e catorze, quarenta mil duzentos e oito euros, isto em números aproximados tem um resultado líquido positivo de quinhentos e setenta e nove euros. Este resultado líquido foi possível porquê? Dadas as transferências do Município, porque se este não fosse transferido não era positivo. Foi transferido para o Centro de Negócios pela Câmara Municipal dezasseis mil, trezentos e cinquenta e cinco mil e cinquenta e cinco euros. Também verifiquei que há um subsídio à exploração com a verba de dois mil euros. As contas não discriminam as despesas com os fornecimentos e serviço externo, tem valor de trinta e sete mil e trinta e três euros. Por isso, não tenho dúvidas que só é possível o equilíbrio económico / financeiro com as transferências do Município. Também verificamos que ao contrário do ano transato não constam os instrumentos de gestão previsível para dois mil e quinze. A conclusão que tiro é que não se justifica porque se continuassem a cumprir os objetivos. Devo dizer que desta vez vem também algumas contas do Parque Almourol e da ADIRN, mas não dá para mim como leigo, a possibilidade de as analisar. Perante isto, dava a ideia que ia votar contra, mas não voto contra, vou-me abster, por uma razão muito simples, porque efetivamente não há agravamento da situação económico-financeira do Município. Tudo o que eu disse pode ser contraditado, mas julgo ser difícil de o ser.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – Leu uma declaração de voto sobre a Resitejo. – **(Vide anexo 8)** -----

–“Acrescento ainda que o que hoje recebemos do Revisor Oficial de Contas reforça de alguma forma aquilo que dizemos, embora termine dizendo «o critério adotado do reconhecimento da dívida e o endividamento aí resultante não é diretamente contornável por este Município, nem afeta as suas demonstrações financeiras.» No momento é assim, mas questionamos as implicações financeiras de futuro que possam ter, e aí nós com receio dessas implicações não votaremos este documento.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – “Em relação a isto e às intervenções dos Senhores Deputados só queria dizer o seguinte: é verdade que os documentos não se conseguem ver bem os números mas já há muito tempo que passei por cima deles, se não vier estas memórias descritivas das tabelas eu também não vou lá. -----

É verdade que o Senhor Deputado Eduardo nunca gostou do Centro de Negócios, mas a verdade é que ele existe e temos de o manter. É verdade que quando foi criado não era para ser o que é, se calhar há-de voltar a ser, mas ele está lá. O Senhor Deputado Eduardo também disse que o Centro de Negócios tem quinhentos euros de saldo positivo porque foram transferências da autarquia, claro que tem de ser pois a autarquia é a “mãe” do Centro de Negócios, mas vejo que está a manter o CDN sem grandes derrapagens, se é que alguma vez houve derrapagens financeiras para o CDN. -----

Em relação ao Parque Almourol e à ADIRN, já acho que haja alguma preocupação sobretudo como são apresentados os documentos, até podem estar todos fundamentados mas os trinta mil euros, não sei bem o que são. Agora, pegando nisto tudo, vamos aqui à nossa conta de gerência do ano passado. Como o Senhor sabe e já anda nisto há muito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tempo, e o Senhor dizia sempre e reforçava que quando estávamos a votar o orçamento o Senhor falava nas despesas dos imóveis e dizia que os terrenos não valiam o que valiam e todos nós sabíamos que não iam ser vendidos, mas isso é outro problema. A verdade é que temos uma execução orçamental nas receitas de setenta e cinco por cento e temos uma redução das receitas de capital em relação às receitas correntes, o que quer dizer que aquilo que vamos produzindo e acho que estamos a fazer algum trabalho, isto é, estamos a reduzir os empréstimos. O mesmo acontece em relação às despesas que como se pode observar estas caíram frontalmente, ainda bem e as despesas correntes também aumentaram e estão nos cinquenta por cento, o que quer dizer que aqui há uma componente de que o endividamento está controlado. Espero, e também já sabíamos que ia haver grandes investimentos, por isso é que o orçamento é menor do que no ano passado porque tínhamos esgotado tudo, logo no ano passado tínhamos de reduzir o orçamento, mas consolidamos a nossa despesa. Em relação ao aumento das despesas de pessoal é verdade pois quando foram integrados os funcionários da escola eles vieram pesar nos nossos efectivos, mas é verdade também que quando foram integrados vieram as transferências respectivas.” ----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos aos Senhores Deputados. -----

“Isto é um relatório técnico e sobre estas questões deixo a quem sabe da matéria. Quanto à questão das fotocópias de fato elas são elegíveis mas há aqui um pressuposto que é fundamental que o Senhor Deputado saiba, as folhas têm de ser todas assinadas pelos membros da Câmara e fotocopiadas. Ainda não nos permitem assinar digitalmente, pois poupamos algum dinheiro nos certificados digitais. No próximo ano temos uma nova aplicação da qual esperamos que venha já a documentação legível e em conformidade. O orçamento é o mais baixo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos últimos anos e está bem legível na apresentação dos resultados, há de fato rigor. Em relação às propriedades, vocês sabem que fui eu que reduzi de um milhão e quatrocentos mil para trezentos mil no orçamento e tive até o cuidado de indicar, com algum risco, os terrenos que ia vender. Tenho que admitir que houve uma redução de quase setenta e cinco por cento que vinha do antecedente. Os valores com os trabalhadores são elevados e têm vários fatores do qual o senhor deputado sabe: descontos para a Segurança Social, passou de vinte para vinte e três, vírgula cinco por cento o aumento da Segurança Social. Em dois mil e treze não havia o subsídio de férias e subsídio de natal, em dois mil e catorze foram mais dois vencimentos que entraram na despesa de pessoal. Estas não são de cinquenta por cento, são de trinta e cinco por cento porque não contamos com a educação. Partimos do pressuposto que cumprimos o rácio de trinta e cinco por cento, ficamos nos limites e cumprimos o que a lei nos permite da capacidade de endividamento. As transferências correntes do FEF, o que da Administração Central é previsível. Agora, a nossa receita é, também, imprevisível, às vezes temos surpresas como tivemos com o fundo de garantia municipal que nos tiraram, quarenta e dois mil euros. Esta previsibilidade às vezes é complicada. As despesas correntes também são significativas porque construímos muita obra e a manutenção de edifícios paga-se, tem custos acrescidos. -----

Em relação à segurança: A autarquia ajudou o governo na aquisição do veículo automóvel porque o Ministério da Saúde não tem dinheiro para fazer a sua aquisição. Teve a Câmara de atravessar-se, para fazer a aquisição de um veículo automóvel, para que as populações da Freguesia da Praia do Ribatejo não ficassem prejudicadas no acesso à saúde. Segurança, ainda não sabe, mas se esta competência vier com o respectivo envelope financeiro para a Autarquia nós trataremos desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competência do Governo. Em relação à saúde já fiz o mapeamento e coordenei com o Dr. Branco e com a Dr.^a Sofia Theriaga o levantamento das necessidades para a saúde. -----

Quanto às questões dos protocolos e o resultado dos mesmos, posso dizer que não é por falta de atividades, e podem ver no relatório que as associações têm atividades, têm dinâmicas culturais extremamente significativas, com inveja de alguns concelhos. Tudo isto tem a ver essencialmente com a boa vontade das pessoas. Não tem a ver com a Câmara Municipal e é muito importante que se dignifiquem as coletividades. Com o empenho das pessoas fazem-se e conseguem-se triplicar atividades. Digo-o com a experiência que tenho e o contato pessoal com algumas coletividades. -----

Quanto ao Plano Estratégico Municipal, estamos a trabalhar nele. Neste momento ele está meio pensado, será debatido e será participado para envolver as pessoas, empresas, coletividades, os agentes educativos. Mas tem de haver o documento. De facto, ele está a meio e dentro em breve teremos um plano estratégico municipal. Isto porque, o que existia anteriormente está desadequado face ao quadro comunitário vigente. Não era possível face à data do anterior prever o que ia ser publicado sobre os fundos comunitários. Se somos um concelho em que temos dificuldade em captar receita e temos que ser criativos e ir procurar aos fundos comunitários. Temos de nos preparar para o futuro, temos que saber quais são os projetos que são elegíveis e na sequência disso fazer respetivas candidaturas. -----

Quanto à questão do desemprego está na net se quiser posso dar-lhe o link com muito gosto. Mas, fique sabendo que é uma preocupação que a Câmara tem no seu dia-a-dia pois os níveis de desemprego são extremamente elevados. Isso verifica-se no relatório que foi apresentado. Gostaríamos de ter muitos mais poc's, mas às vezes há

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alguma dificuldade do IEFPP de nos indicar as pessoas certas, porque há muitas pessoas com poucos recursos que não querem trabalhar e há pessoas que se apresentam e passado uma semana vão-se embora, por baixa médica. -----

Quanto ao Centro de Negócios já conheço a sua antítese e sobre esta questão nem me vou pronunciar, respeito a sua opinião. -----

Quanto às contas do Parque Almourol e ADIRN, dizer-vos que na próxima assembleia estarei disponível para dar a informação das contas e de saber o que é que se passa sobre estas associações. -----

Em relação à Resitejo têm o parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC) e dizer-lhe que a interpretação que estão a fazer é uma interpretação da DGAL. Por isso em reunião dos presidentes da Câmara e representantes da Resitejo, a Câmara da Barquinha pediu para que as Câmaras Municipais pedissem um parecer à Procuradoria-Geral da República, para nos ajudar a interpretar a lei. Porque a Lei tem várias leituras e que eu saiba só há uma única entidade que poderá fazer a interpretação autêntica da Lei, o Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República. Não é a DGAL, porque provavelmente a Lei foi emitida por ela, foi esta o autor da Lei e então temos de procurar uma entidade completamente imparcial que faça a interpretação autêntica da Lei. Foi isto o que se fez. Em consequência, quando chegar o parecer da Procuradoria-Geral da República terei muito gosto em trazer à Assembleia Municipal para ficar devidamente esclarecido o assunto. ----
Por último, muito obrigado ao Senhor Deputado Inocêncio Cruz pela defesa que fez da Câmara Municipal.” -----

Foi dada novamente a palavra ao Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. -----

“A posição tanto minha como da bancada do PSD, é conhecida mas já agora como o Senhor está sempre disponível gostaria de colocar mais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

três questões. -----

Na pagina quarenta e dois do relatório de gestão diz que a Câmara não apresentou candidaturas ou estão em atraso e não foram devido ao atraso estrutural das candidaturas, candidaturas para o QREN 2014-2020. Quais são essas candidaturas? Se não foram por essa razão é sinal que já existem projetos para isso. -----

Na página cinquenta e sete diz que no quadro comunitário, Portugal dois mil e vinte está em fase de implementação, impedindo o Município de realizar muitos dos projetos pretendidos. Quais são esses projetos? Serão certamente os percursos ribeirinhos. -----

Em relação aos protocolos, não há só protocolos com os clubes, não são só esses protocolos que gostaria de saber, há nomeadamente o protocolo com a educação. Qual a situação real deste protocolo? -----

Há algo aqui no relatório que não consegui entender eu vejo aqui no encargo com a saúde, um valor muito elevado e comparei com dois mil e onze e reparei que em dois mil e treze esses encargos eram extremamente elevados quase ou mesmo o triplo de dois mil e onze. Será possível que eu venha a perceber isto?”-----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer o Senhor Deputado. -----

Não consegui achar o parágrafo para o puder elucidar. -----

Quanto à questão do Portugal dois mil e vinte e da implementação como o Senhor Deputado diz sobre os projetos chamados prioritários, deixaram de ser os projetos locais, municipais, para passarem a ser intermunicipais. Ainda ontem estivemos reunidos com a professora Dr.^a Ana Abrunhosa que nos fez sentir que é para projectos intermunicipais que há dinheiro, para projetos locais não há dinheiro. Entre os projetos intermunicipais quais serão os projetos que ainda estamos a estudar? Hoje enviei para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT),

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

algumas apostas do Município e estamos a falar de cultura, das IPSS e do Turismo. Na questão das IPSS os senhores deputados tiveram o conhecimento do respetivo mapeamento, esses serão os investimentos que irão estar a nível intermunicipal. Na questão do património em termos culturais aqui são elegíveis os monumentos nacionais e para o Médio Tejo os fundos foram alocados no valor de sete milhões de euros para o Convento de Cristo em Tomar, que absorve por si só todo o investimento em monumentos nacionais. A questão dos sete milhões de euros para o Convento de Cristo foi debatida ontem na reunião da CIMT e não concordamos com esta decisão. Provavelmente vão baixar este investimento. Eu tinha no mapeamento o restauro e conservação da Igreja Matriz de Tancos, imóvel classificado, mas esse não é elegível. Para além da energia elétrica de que vos falei também são elegíveis as ciclovias. Mas como vos disse, ontem houve uma reunião sobre esta temática e estamos ainda todos a aprender e a perspetivar o futuro e não quero perante a Assembleia, dar um tipo de informação quando poderá haver alterações que poderão por em causa o que disse. -----

Na educação há uma verba locada para a educação, estou a elaborar uma candidatura onde vou englobar o Jardim de Infância da Barquinha, é uma infraestrutura que necessita de ser recuperada. Apostar também na regeneração urbana porque é na eficiência energética que vai haver dinheiro. -----

Os protocolos de educação e aquilo que eu tenho conhecimento, e nalguns dados que tenho tem sido favorável. Em termos de pessoal está ela por ela, foi isso que nos permitiu recuperar alguns edifícios e se não fosse o protocolo com o Ministério da Educação nunca tínhamos o Campus Escolar que temos, quer a parte do Centro Escolar, o Pavilhão Desportivo, a Escola D. Maria II. O Senhor Diretor Geral disse-me que seria muito interessante e gostaria muito que a descentralização de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competências, na área da educação passasse para a autarquia. -----
Na saúde, os encargos com a ADSE subiram acentuadamente. Nós
estamos a pagar dívidas à ADSE que vinham do antecedente, ou seja,
havia uma dívida significativa à ADSE e a qual estamos a pagar, o que
tem uma sobrecarga significativa.” -----

**A bancada do PSD entregou uma Declaração de voto relativa a este
ponto. (Vide anexo 9) -----**

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente ao
relatório de Gestão e Prestação de Contas, referentes ao exercício
de 2014 e do Investimentos de bens, direitos e obrigações
patrimoniais, esta foi aprovada por maioria com 2 votos contra dos
Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, 4
abstenções dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS,
Eduardo de Oliveira, José Salvado e Nuno Gomes do PPD/PSD e 13
votos a favor dos Senhores Deputados João Gralha, Inocêncio Cruz,
José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Paulo
Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel
Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----
-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade,
para efeitos imediatos. -----**

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia
deu por encerrada esta sessão ordinária desejando a todos os presentes
um bom fim-de-semana e para constar se lavrou a presente ata que
depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da
Assembleia Municipal e Secretários: -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal

(Rui Monteiro Picciochi)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia

(João Manuel Alves Gralha)

O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Inocência Rodrigues Cruz)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Lista de Expediente
Anexo 2	Declaração Política apresentada pelos eleitos do PPD/PSD cujo tema é “25 de Abril e 1º de Maio”, lida pelo Senhor Deputado Nuno Gomes
Anexo 3	Intervenção Política apresentada pelos eleitos do PS cujo tema é “25 de Abril”, lida pelo Senhor Deputado César Cardigos
Anexo 4	Intervenção Política apresentada pelos eleitos do PS cujo tema é “1º de Maio quarenta e um ano depois do 25 de Abril”, lida pelo Senhor Deputado Vitorino Monteiro
Anexo 5	Declaração Política apresentada pelos eleitos da CDU cujo tema é “25 de Abril e 1º de Maio”, lida pela Senhora Deputada Paula Duarte
Anexo 6	Moção apresentada pelos eleitos da CDU cujo tema é “Reforço de Meios no Hospital de Abrantes, Tomar e Torres Novas”, lida pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo
Anexo 7	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara
Anexo 8	Declaração de voto apresentada pelos eleitos da CDU sobre a Resitejo, lida pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo
Anexo 9	Declaração de voto apresentada pelos eleitos do PPD/PSD sobre a Prestação de Contas de 2014